



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RUA DUQUE DE CAXIAS, 1135 / 1 ANDAR, - Bairro IGAPÓ, Londrina/PR, CEP 86015000
Telefone: (43) 4009-3111 - <http://www.inss.gov.br>

AUTORIZAÇÃO DE COMPRA Nº 20/2020

Processo nº 35194.000178/2019-23

INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

GERÊNCIA EXECUTIVA EM LONDRINA/PR

SEÇÃO DE LOGÍSTICA, LICITAÇÃO E CONTRATOS E ENGENHARIA

NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE800109

CONTRATANTE	
Razão Social: Gerência Executiva do INSS em Londrina	CNPJ: 29.979.036/0175-40
Endereço: Av. Duque de Caxias, 1135 – Jardim Petrópolis	Cidade: Londrina
CEP: 86.015-000	UF: PR
Telefone: (43) 4009-3111	E-mail: loglon@inss.gov.br
Contato: Lucas Santoro Sanches	

CONTRATADA	
Razão Social: CENTRAL DE VENDAS LTDA	CNPJ: 29.128.153/0001-09
Endereço: Rua Santa Quitéria, nº 740B, Bairro Carlos Prates	CIDADE: Belo Horizonte
CEP:	UF: MG
Telefone/Fax: (31) 3411-9044	E-mail: centralcita@gmail.com
Contato: Daniel Ribeiro Justo	

ITEM Nº	134	
ESPECIFICAÇÕES	Capacho 2,00 x 1,25 cm	
Detalhamento/Marca/Modelo:	Capacho de filamento de vinil sintético, fibra injetada no costado sólido e antiderrapante. Filamentos fixos no costado por fusão térmica (não colado). O capacho deverá ser confeccionado na cor azul escuro e conter logotipo do INSS e a inscrição "INSS" na cor cinza claro. Metragens: Ver Figura 1 – Manual de Identidade Visual INSS.	
Prazo de entrega	30 DIAS	
Garantia	12 MESES	
Preço Unitário (R\$)	390,00	
Local de Entrega	Quantidade	Valor Total (R\$)
Cascavel	20	7.800,00
Chapecó	20	7.800,00

ITEM N°	134	
ESPECIFICAÇÕES	Capacho 2,00 x 1,25 cm	
TOTAL	40	15.600,00

Total Geral da Autorização de Compra R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

LOCAL DE ENTREGA DO MATERIAL	CASCADEL	CHAPECÓ
Responsável:	Tatiane Pazza Poletto Roberta Terres Carneiro	Douglas Loss Zarpelon
Endereço:	Rua General Osório, 3423 - Centro	Rua Conda, 600 D, Bairro Santa Maria
Cidade:	Cascavel/PR	Chapecó/SC
Telefone/Fax:	(45) 99912-9651 (45) 99817-1817	(49) 3311-1339 e 3311-1303
Horário de entrega:	8:00h as 15:00h	9:00h as 11:30h e 13:30h as 17:30h
E-mail:	tatiane.poletto@inss.gov.br roberta.carneiro@inss.gov.br	douglas.loss@inss.gov.br

1. Das disposições gerais

1.1. Integram a presente Autorização de Compra, independentemente de sua transcrição, o Edital de Pregão Eletrônico n° 03/2019 e seus anexos, a Ata de Registro de Preços n° 04/2020, a proposta da Contratada, e demais documentos constantes dos autos do processo n° 35194.000178/2019-23.

1.2. A presente Autorização de Compra regula-se:

1.2.1. na Lei n° 10.520/2002, no Decreto n° 5.450/2005 e no Decreto n° 7.892/2013;

1.2.2. subsidiariamente, na Lei n° 8.666/1993; e

1.2.3. no que couber, nos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado e, em especial, Código Civil – Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e Código de Defesa do Consumidor – Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990.

1.3. Aplicam-se a esta Autorização de Compra as disposições relativas às obrigações das partes, recebimento, liquidação e pagamento e demais constantes do Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n° 03/2019.

2. Da vigência

2.1. O prazo de vigência desta Autorização de Compra será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

2.2. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência na forma do art. 57, §§ 1° e 2°, da Lei n° 8.666/1993.

3. Das penalidades

3.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n° 8.666/1993, bem como no artigo 7° da Lei n° 10.520/2002, a contratada, no curso da execução do Contrato, estará sujeita às seguintes penalidades, garantidos o contraditório e a prévia ampla defesa:

a) advertência, com fundamento no art. 87, I da Lei n° 8.666/1993;

b) multa, com fundamento no art. 7°, da Lei n° 10.520/2002 e art. 87, III, da Lei n° 8.666/1993;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, com fundamento no art. 7°, da Lei n° 10.520/2002;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o INSS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, com fundamento no art. 87, III, da Lei n° 8.666/1993;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no art. 87, IV, da Lei n° 8.666/1993.

I – Os valores da multa pela ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, assim considerado pelo CONTRATANTE, hipótese em que responderá pela inexecução parcial ou total do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades e das responsabilidades civil e criminal, são:

a) 0,16% (zero vírgula dezesseis por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, limitada a incidência a 15 (quinze) dias;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso por período superior ao previsto na alínea anterior até 30 (trinta) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, podendo ainda ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

3.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, elevando-se o prazo para 10 (dez) dias úteis, no caso da penalidade prevista na alínea “e”.

3.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade do CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, e caso não se verifique o pagamento do valor da multa pela CONTRATADA, deverá o CONTRATANTE:

I – quando o CONTRATADO autorizar, de forma expressa, realizar diretamente a retenção e compensação dos valores das multas nas faturas em aberto, mediante desconto direto dos valores devidos nas faturas ou créditos existentes; ou

II – executar a garantia prestada; não havendo êxito nessa operação, por qualquer razão, ou se a multa for superior ao valor da garantia, deverá, obrigatoriamente, proceder ao desconto direto dos valores devidos de qualquer fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA, ou, ainda, quando for o caso, promover a cobrança judicial desse montante.

3.4. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas nos casos para os quais a CONTRATADA não tenha, de qualquer forma, concorrido ou dado causa, devidamente comprovados por escrito e aceitos pelo CONTRATANTE.

3.5. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE os casos de que trata o item anterior, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos contados de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

3.6. O CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação mencionados no Parágrafo Quarto, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito as razões de sua eventual aceitação ou recusa.

3.7. Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.8. Se a infração administrativa prevista nesta cláusula for tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas ao Corregedor-Geral do INSS, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Portaria INSS/PRES n.º 781, de 12 de agosto de 2015.

3.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não tipificadas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

3.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

3.11. Aplicam-se, no que couber, as demais disposições da Cláusula Décima da Ata de Registro de Preços do Pregão nº 03/2019.

4. Do foro

Fica eleito o foro da Subseção/Seção Judiciária da Justiça Federal de Londrina/PR, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Documento assinado eletronicamente por **REINALDO SOARES DA SILVA, Gerente Executivo**, em 09/04/2020, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RIBEIRO JUSTO, Usuário Externo**, em 09/04/2020, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0612333** e o código CRC **355853A2**.